

Independência ou Morte, óleo sobre tela de Pedro Américo, 1888. Museu Paulista.



Comitiva de D. Pedro II na ponte das Bandeiras, sobre o Rio Tietê, São Paulo, 1878.



Curso d'Água

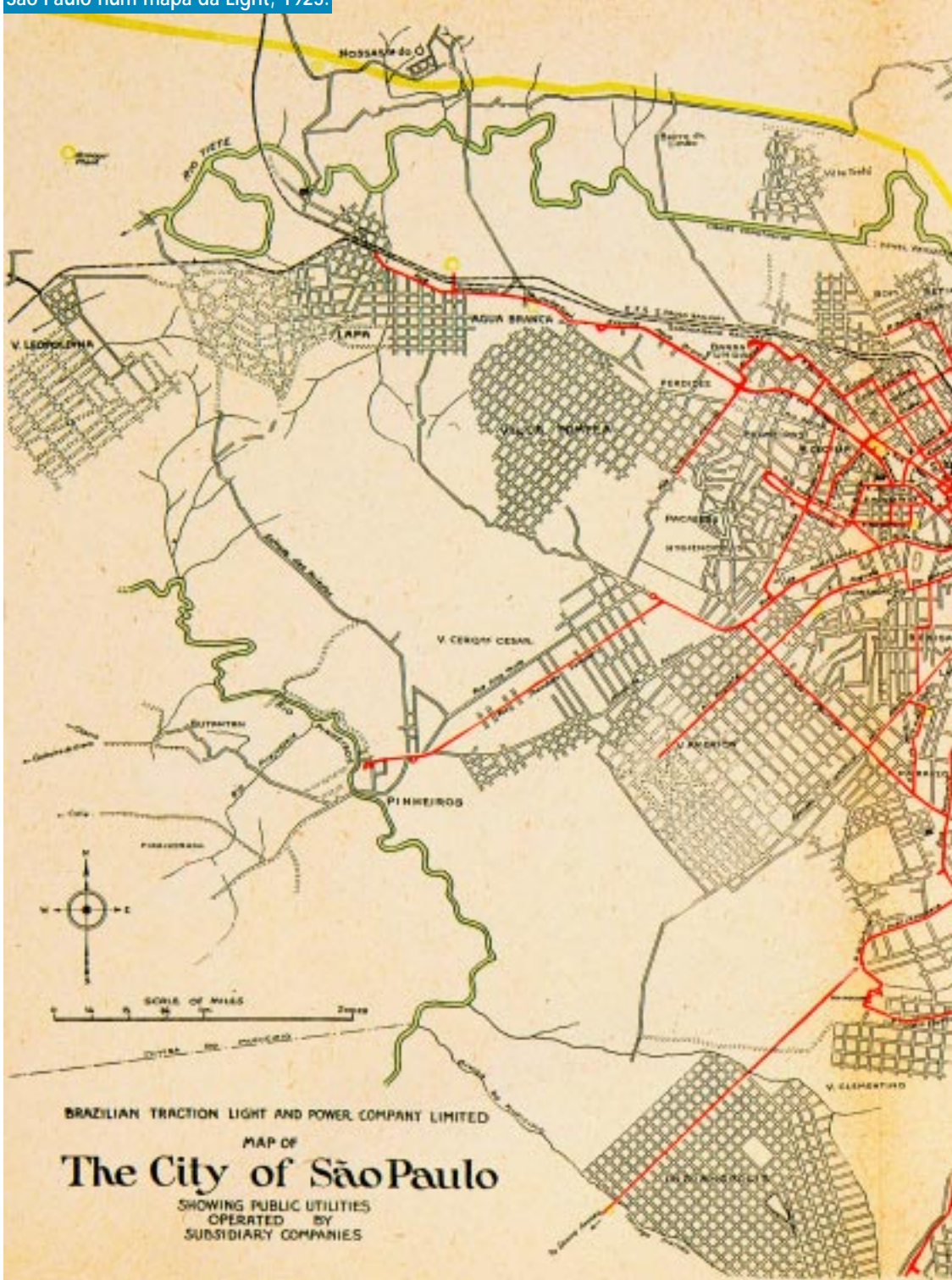


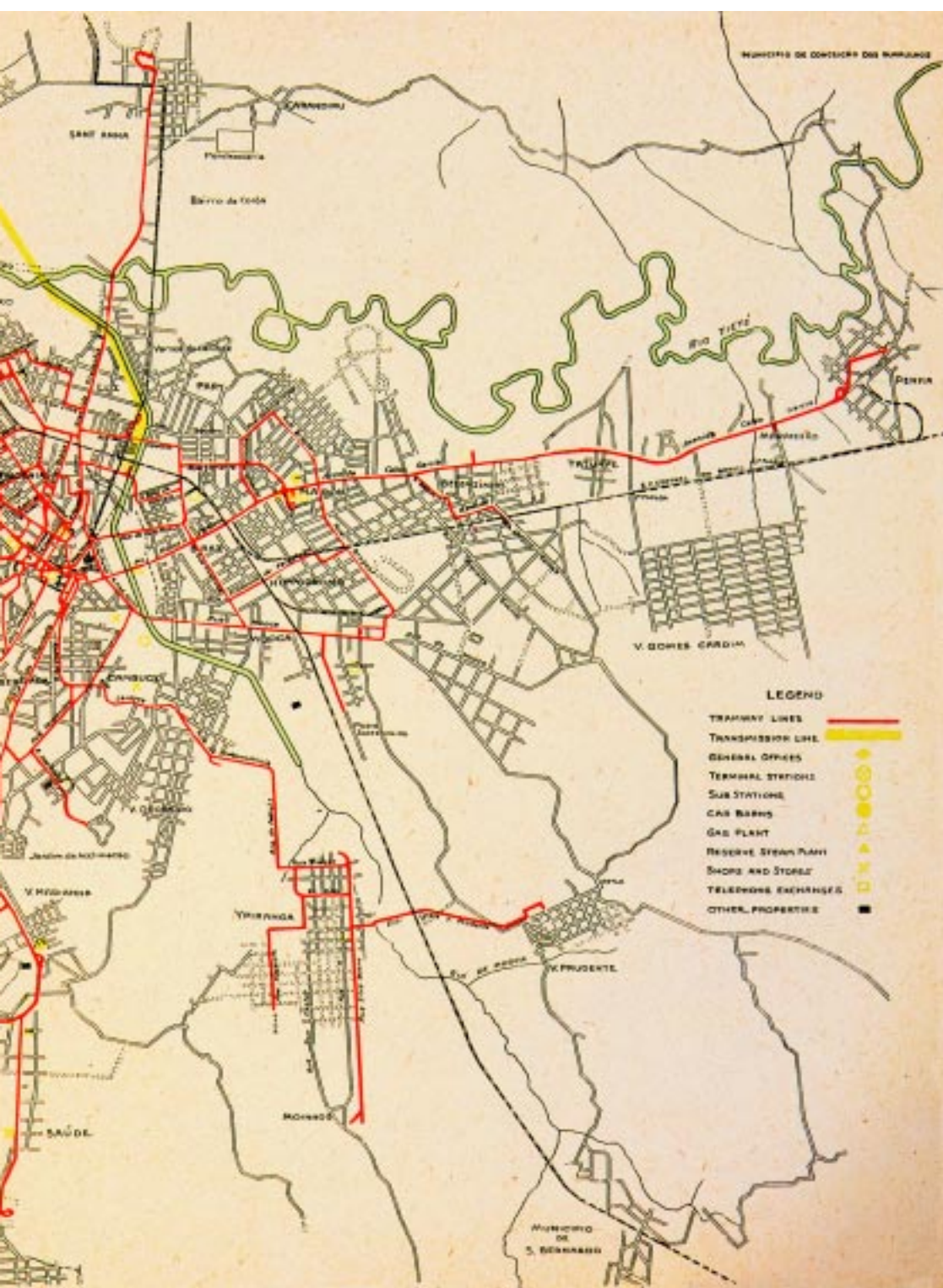
Edição comemorativa dos 30 anos da Sabesp
2003

Publicado em fascículos encartados no jornal

Ligação

São Paulo num mapa da Light, 1925.





“*Aqui residem seis dos nossos:
Padres quatro e dois Irmãos. A igreja
não é muito grande. Tem cerca cheia de
frutos da terra e marmelos; e no claustro
um poço de boa água.*”

José de Anchieta, em carta de 1585

Aqui, depois da vila de João Ramalho, entre os arraiais de Caiubi e Tibiriçá, numa iminência entre o canal de Piratininga e o ribeiro Anhangabaú, ergueu-se a 25 de janeiro de 1554 um barracão de quatorze passos de comprimento por dez de largura, além de uma choça onde se celebrou a primeira missa destes rincões. O local é estratégico. No dorso da colina, não longe da orla do sertão, para oeste, os mistérios da floresta sombria; para leste, as encostas da cordilheira marítima, tal barricada contra ataques indígenas e de corsários. É São Paulo dos Campos, ou São Paulo de Piratininga, num ponto do planalto de onde se divisa o maior destes cursos d'água, o sinuoso Anhambi, que corre de costas para o mar.

Não vai tardar para que venham de longínquas aldeias indígenas curiosos com a criação do novo povoado. É tanto que em 1560 Mem de Sá ordenará a mudança da população de Santo André da Borda do Campo para junto da Casa de São Paulo. Esta região é mais farta e a de João Ramalho sofre de muita miséria, com o povo a morrer de fome e sem ao menos um rio onde possa pescar. Aqui se pesca em abundância, tanto nas águas do Piratininga (que mais tarde será Tamandateí), como mais à distância, nas águas caudalosas do Anhambi. Os ares são frios e temperados.

Fundação de São Paulo, óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva. Museu Paulista.



A região era bem provida de água, mas com acesso dificultoso. A população se abastecia dos ribeirões e daquela que brotava de algumas fontes naturais, principalmente nos declives e afluências do Anhangabaú, tendo os habitantes de descer encostas íngremes ou talhadas em degraus.

Os moradores cuidavam da aldeia, preparavam sua defesa. Ampliavam-na. Afonso Brás, o primeiro arquiteto de São Paulo, estendia seu ofício à edificação dos bugres, ajudava na construção de casas necessárias para cada família, arruadas e feitas à moda portuguesa, e orientava na construção de poços em seus quintais. De forma que, a partir de 1584, já era possível sonhar com edificações mais amplas. Foram surgindo uma Sé primitiva. Casa da Câmara, a igreja do Carmo, o convento dos carmelitas e a igreja de São Bento com o mosteiro.

No alvorecer de 1600, a posição geográfica da vila, a porcentagem de mamelucos em sua população – conta-se que João Ramalho chegou a emprenhar com tamanha cópia filhos e descendentes, que mesmo naqueles tempos de impunidade as partes oficiais tinham constrangimento em dizer quantos eram –, a pobreza de recursos dentro do regime de exploração comercial no Brasil, foram todos eles fatores que concorreram para o fenômeno do bandeirismo. Isolada no alto, pouco esperava Piratininga de suas terras de cultura. Daí a irradiação para o norte, sul e oeste, empenhada na preia de índios, ora para utilizá-los como peças de serviços, ora para vendê-los para o mesmo fim.

A possibilidade de utilização dos rios como meio de comunicação despertou nos paulistas o impulso, a pertinácia, o senso de expansão. Uma mostra da contigüidade histórica do bandeirante com o navegador luso. O Tietê – que já tinha sido Anhambi –, tronco de um sistema de grande importância, correndo ao norte da vila e acessível pelo Tamandateí, despertava o desejo de conquistas.

A Partida da Monção, óleo sobre tela de Almeida Jr., 1887. Museu Paulista.



Afonso de E. Taunay escreveu: “Quando, à margem do rio, se puseram pela primeira vez a meditar acerca do curso provável daquelas águas, estranhas e volumosas, que nasciam tão perto do mar e corriam para o interior das terras, que teria ocorrido à mente desses primeiros povoadores do planalto? Para onde iria o misterioso caudal?”

Batendo a trilha do sertão, os bandeirantes vasculhariam o continente e atingiriam as fraldas dos Andes. Por mais de um século investiriam na solidão das selvas, varando rios, sulcando caminhos. Caminhos de fadigas, intempéries, doenças, sacrifícios, cujo marco inicial era aquela seta apontada para o sertão, de onde se buscavam as montanhas douradas, a serra de pedras verdes, para desembocar na descoberta das Minas, do Mato Grosso e Goiás.

Com sua gente mestiçada ostentando roupas pobres e antiquadas, movimentando-se em ruelas estreitas e tortuosas, cercadas de casas de taipa e um que outro edifício conventual esparramados pelos pontos extremos da elevação, São Paulo via-se diuturnamente em processo de depauperamento. As bandeiras deixavam os campos de Piratininga abandonados. Muitos não voltavam, permaneciam onde encontravam ouro e transformavam seus pequenos acampamentos em povoações.

Partindo de São Paulo, o povoamento começou a seguir direções opostas, a jusante e a montante do Tietê. Assim, os paulistas iam erguendo, nessas arrancadas, pilares de novas possibilidades, deslocando Tordesilhas, traçando novos contornos à colônia portuguesa, em busca do que lhes faltava: segurança e braços para o trabalho. Raposo Tavares aproveitou a malha fluvial e remontou da bacia platina ao delta amazônico. Pequenos exércitos, aprestados com recursos próprios, adaptados ao meio hostil e organizados à feição dos objetivos, agrupavam homens de todas as origens num quadro de autonomia, rusticidade e rude disciplina.

A face de pobreza e de mero centro de preparação de bandeiras começaria a mudar no começo do século XVIII. Em 1711 São Paulo passaria à categoria de cidade, em consequência das modificações administrativas e sociais, resultantes das descobertas de ouro em Cuiabá. Já então era a época das monções, as viagens fluviais periódicas – e a maior delas, cuja partida data de 17 de julho de 1726, era composta de 308 canoas e 3 mil pessoas, aproximadamente, entre soldados, gente de navegação e aventureiros que iam tentar fortuna nas lavras de Cuiabá.

O núcleo urbano de São Paulo limitava-se ao espaço contido entre os conventos de São Bento, do Colégio, do Carmo e de São Francisco, mais o bairro da Tabatingüera. No entorno do planalto, Nossa Senhora da Espectação do Ó, Jaraguá, Tremembé, Cantareira, Santana, Penha, Aricanduva, São Miguel, Borda do Campo, São Caetano, Embuaçava, Pinheiros e Caaguaçu.

Mas se São Paulo já era uma cidade, não se pode dizer que o abastecimento de água fosse digno de sua importância. A população abastecia-se principalmente de suas fontes. Como quase todos os moradores recorriam a elas, formavam-se ajuntamentos enormes de pessoas, carregando vasilhames de toda espécie, gerando confusões e sempre obrigando a Câmara a interferir.

Confusões que não atingiam os franciscanos: já em 1744, seu claustro e a cerca contavam com fornecimento de água potável, canalizada, até com sobras que os frades imaginaram encaminhar para uso da população fora do estabelecimento. Os franciscanos haviam contratado o mestre Cipriano Funtan para a construção de uma fonte de pedra de uso privado da comunidade religiosa e pensaram na possibilidade de um conduto que despejasse fora do convento as sobras, para uma fonte pública a ser construída em pedra de cantaria. As obras foram orçadas em 400 mil-réis.

Para que pudessem pagar as obras projetadas, os franciscanos solicitaram auxílio de 300\$000 à Câmara. O governo atendeu na forma de passar aos frades a direção do açougue municipal, até que reunissem a quantia pedida. Mas os frades não deram pressa aos andamentos das obras.

Sabe-se lá por que artes, embora continuasse em vigor o contrato firmado entre a Câmara e os reclusos de São Francisco para a construção do chafariz, a edilidade paulistana contratou o mesmo Cipriano Funtan para a execução “na paragem chamada Inhangavahu, da parte de lá do ribeiro, de uma fonte, de pedra e cal, capaz de serventia ao povo [...] que terá doze palmos em quadra de chão lajeado, duas pias boas, de pedra”. A obra não foi levada a efeito sob a alegação de “falta d’água” para seu abastecimento.

Não parece ter sido este o problema central. Era possível captar água no alto Anhangabaú, aduzível por gravidade para o chafariz. Foi provavelmente uma advertência da Câmara aos franciscanos para presteza na construção das obras acertadas. De fato, os frades mandaram construir o que tinham projetado: um chafariz dentro da cerca e outro “na parte lá do ribeiro”, subida da atual rua Santo Amaro. É o primeiro chafariz para o abastecimento público da cidade de São Paulo.

Com os traçados topográficos da cidade, viria a ser construído um Tanque Municipal no antigo morro do Caaguaçu, na altura do Paraíso, que abasteceu inicialmente o Recolhimento de Santa Tereza. Mais tarde abasteceriam vários chafarizes. No entanto, registram-se várias fontes em meados do século XVIII. Mas que água seria essa? Em 1791, análise química efetuada na água da Bica do Acu acusava ser “muitíssimo férrea e fria, ácida vitriólica, base térrea-calcária de oca, com algumas partículas arsenicais, ainda que tênues, e sumamente saturada de gás mefítico”.



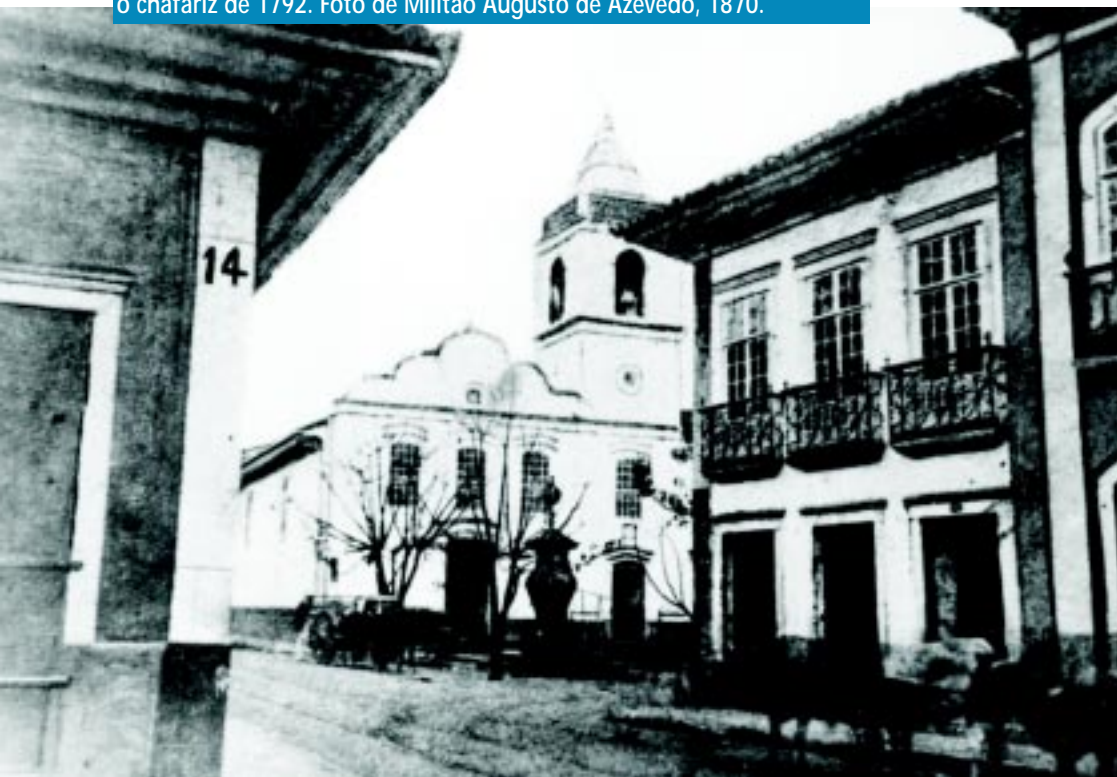


Vista de São Paulo com suas casas de taipa de pilão. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1862.



Chafariz do Piques e obelisco construídos em 1814. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1860.

Igreja da Misericórdia, construída no incídio do séc. XVIII. Em frente, o chafariz de 1792. Foto de Militão Augusto de Azevedo, 1870.



Abica de Santa Luzia era considerada, em 1791, “fria e ácida, base térrea-argilosa em diminuta quantidade, e livre de toda e qualquer selenita; excelente água para se beber, e a melhor até agora analisada “. Era a melhor dentre a Bica do Gaio, no fim da rua Tabatinguera; a Bica do Miguel Carlos, nas proximidades da atual rua Florêncio de Abreu; a Bica da Rua Formosa e o Tanque do Arouche, lagoa existente na ponta do que se conhece como rua Rego Freitas.

Em janeiro daquele longínquo 1791, o governador Bernardo José de Lorena enviara à Câmara ofício no qual descrevia a necessidade de um chafariz que pudesse verter água de boa qualidade para a população. No ano seguinte, era erguido o chafariz do Largo da Misericórdia, construído pelo crioulo Thebas, autor das torres de algumas igrejas da cidade. Pelas quatro torneiras de bronze jorrava a límpida água do Anhangabaú, captada na altura da atual rua Santa Madalena, proximidades do Tanque Municipal. Depois dessa construção, o governador Homem de Melo, sucessor de Lorena, aumentou o provimento de água para a cidade, com dois condutos, um junto da ponte do Lorena e outro pouco acima daquela do Marechal, dos quais também derivava a água para o abastecimento do bairro da Luz.

Provavelmente, muitos paulistanos devem ter entendido que finalmente a cidade veria resolvido o problema do abastecimento – para não dizer o do esgotamento sanitário. Ledo engano.

Mas as deficiências não impediram um viajante francês, o cronista Auguste de Saint-Hilaire, de ver a graça de uma cidade que deixava para trás as aventuras e enriquecia com o comércio de tropas.

Saint-Hilaire viu em São Paulo “incontestavelmente a mais bela de todas por mim visitadas desde que estava no Brasil. Chegado ao Convento do Carmo, de onde se descortina belíssima vista, descí por uma rua calçada, a qual, por uma ladeira bastante íngreme, estende-se até o córrego do Tamandahy”. Era 1819.

O século XIX encontrou uma cidade com pouco mais de cinco mil habitantes, uma indústria incipiente, primitiva. A situação se tornaria mais favorável com a abertura dos portos ao comércio internacional em 1808. Em documento de 1810, o governador Franca e Horta mandava comunicar aos agricultores que esperava a chegada de comerciantes ingleses à cidade de São Paulo, onde vinham se estabelecer para fazer exportação de todo gênero de mantimentos. Recomendava para isso que desenvolvessem as suas produções de milho, feijão, arroz, farinhas, toucinho e carne de porco. A eles se juntavam as levas de negros africanos, imigrantes europeus e mineiros que voltavam das lavras cansadas. Começava a ser edificada a Cidade Nova, à esquerda do Anhangabaú.

Mas a cidade ainda se ressentia do longo período de estagnação em que esteve mergulhada. Era preciso romper isso. Em 1814, o triunvirato governativo de São Paulo, constituído pelo bispo D. Mateus de Abreu Pereira, ouvidor D. Nuno Eugênio de Lócio e Scilbz e chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto, incumbiu o engenheiro militar Daniel Pedro Müller da construção da estrada dos Piques, destinada a facilitar as comunicações entre a capital e o interior. As obras consistiam na formação do Largo da Memória; alargamento das ladeiras do Piques e Sete de Abril; levantamento de um paredão de arrimo e edificação de um chafariz no ponto de confluência daquelas ladeiras e, como complemento, um obelisco à memória do “Zêlo do bem público” demonstrado pelo governo provisório de então.

As águas, aduzidas do Tanque Reúno para alimentação do chafariz, espraiavam-se, a princípio, pela margem esquerda do Anhangabaú, junto à ponte do Lorena, na baixada do Piques (hoje, Praça da Bandeira). Feito quase todo de alvenaria, o chafariz do Piques tinha o aspecto próprio de pequena casa da primeira metade do século XIX, apesar de a arquitetura de São Paulo já apresentar alguns conventos imponentes – o que dava à cidade ares de população e importância maiores que as reais.